

## ANÁLISE QUANTO A REGULARIDADE DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO (FASE EXTERNA)

Esta Coordenadoria de Conformidade das Licitações - CCONF, recebeu o Processo Licitatório nº **77/001.340/2024 – Registro de Preço para Futura e Eventual Compra de Carnes e Embutidos**, para análise quanto a regularidade do procedimento licitatório.

Com o intuito de promover a análise de forma aprofundada, foi elaborada a Lista de Verificação abaixo, com os requisitos mínimos a serem analisados em processo licitatório regido pela Lei nº 14.133/2021.

### Lista de Verificação – Homologação de Pregão Eletrônico<sup>1</sup>

| <b>1. REVISÃO DOS ATOS PRATICADOS NA FASE INTERNA</b>   | <b>S/N</b>    | <b>Fls.</b>      |
|---|---------------|------------------|
| 1.1. Foram analisados e respondidos os apontamentos formulados pela PGE no parecer de cumprimento ao art. 53, da Lei nº 14.133/2021?  | S             | Vide observação; |
| <b>2. DA FASE EXTERNA</b>   | <b>S/N/NA</b> | <b>Fls.</b>      |
| 2.1. Iniciando a fase externa do pregão, consta no processo a designação do agente de contratação (pregoeiro) e da equipe de apoio pela autoridade máxima?  | S             | 812;             |
| 2.1.1. O agente de contratação da fase externa (pregoeiro) foi designado pela autoridade competente do órgão ou da entidade, dentre os servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública do Poder Executivo Estadual (artigo 3º, caput, do Decreto Estadual n.º 15.937/2022)? | S             | 812;             |
| 2.3. A convocação dos interessados ocorreu por meio da divulgação e a manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) (art. 14, I, do Decreto n.º 16.118/2023)?  | S             | 815-816;         |
| 2.4. A convocação dos interessados ocorreu por meio da publicação de extrato do edital no <b>Diário Oficial do Estado</b> , ou, no caso de consórcio público, do ente de maior nível entre eles (art. 14, II, do Decreto n.º 16.118/2023)?  | S             | 813;             |
| 2.4.1. O extrato do instrumento convocatório continha, pelo menos, “a definição precisa, suficiente e clara do objeto, a indicação dos locais, dias e horários em que poderá ser consultada ou obtida a íntegra do instrumento  | S             | 813;             |

<sup>1</sup> Legenda: Na coluna S/N/NA preencher apenas com as letras “S”, “N”, “N.A.”, sendo: S – SIM, N – NÃO, N.A. – NÃO SE APLICA.







|   |     |   |
|---|-----|---|
| OBS: “§ 4º Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos no instrumento convocatório, para a definição das demais colocações”.  |     |   |
| 3.8. Algum licitante enquadrado como ME, EPP ou equiparada, fez uso do empate ficto previstos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006?  | N   | - |
| 3.9. Encerrada a fase de lances, se for o caso, foram observados os critérios de desempate descritos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, naquela ordem estabelecida?  | N.A | - |
| 3.10. No caso de proposta/lance acima do valor estimado da contratação, do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, foi realizada tentativa de negociação com o licitante mais bem classificado?   | N.A | - |
| 3.10.1. No caso de proposta/lance do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que, após a negociação, permaneceu acima do valor estimado da contratação, foi realizada tentativa de negociação com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida?  | N.A | - |
| 3.10.2. Concluída a negociação, se houver, o resultado foi registrado na ata da sessão pública?   | N.A | - |
| 3.11. Salvo na hipótese de compras cujo critério de julgamento tenha sido o “menor preço por item” e a formulação da proposta não tenha exigida a apresentação dos custos unitários, a licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar foi convocada para apresentar proposta adequada ao último lance ofertado, contendo os preços unitários e o novo valor total para a contratação? | N.A | - |
| 3.11.1. A licitante apresentou a proposta adequada ao último lance ofertado (incluindo a correspondente planilha de custos, se for o caso) na forma prevista no edital?   | N.A | - |
| 3.12. A amostra/prova de conceito foi exigida em relação ao vencedor após a etapa de lances?  | N   | - |
| 3.12.1. Na hipótese de envio pelo correio/transportadora a amostra foi postada dentro do prazo previsto no instrumento convocatório?  | N.A | - |
| 3.12.2. Na hipótese de entrega da amostra no endereço indicado, consta o protocolo de recebimento dentro do prazo previsto no instrumento convocatório?   | N.A | - |



|  |            |   |
|--|------------|---|
| 3.12.3. A análise da amostra observou os critérios definidos no instrumento convocatório?  | N.A        | -   |
| 3.12.4. Foi divulgado local e horário de realização do procedimento para avaliação das amostras?   | N.A        | -   |
| 3.12.5. O resultado da análise, por meio de parecer, aprovando ou desaprovando as amostras foi emitido motivadamente por servidor/comissão técnica?  | N.A        | -   |
| 3.12.6. O resultado da avaliação da amostra foi divulgado por meio do site <a href="http://www.compras.ms.gov.br">www.compras.ms.gov.br</a> e Diário Oficial do Estado?  | N.A        | -   |
| 3.12.7. Do resultado da análise das amostras houve interposição de recurso, com sua respectiva análise e decisão?  | N.A        | -   |
| 3.13. Na hipótese de o pregoeiro ter realizado diligências para aferir a <b>exequibilidade</b> das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, o ato foi devidamente justificado e registrado na ata da sessão pública?   | S          | 841-844; 939-941; 961-963; 976-978; 979-981; 982-984; 991-993; 994-996; 997-999; 1015-1017; |
| 3.14. Na hipótese de o pregoeiro ter realizado diligências para sanar alguns dos <b>vícios sanáveis de que trata o § 4º do art. 44</b> do Decreto nº 16.118/2023, o ato foi devidamente justificado e registrado na ata da sessão pública?   | N.A        | -   |
| 3.14.1. O licitante interessado sanou os vícios que ensejaram a necessidade de diligência?   | N.A        | -   |
| 3.15. No caso de desclassificação de licitante, o Pregoeiro fez constar em ata os motivos da decisão e o item do edital que o ampara?  | S          | 841-842; 1030-1033; 1024-1027; 1178-1180; 1184-1186; 1187-1189; 1193-1195; 1238-1240;       |
| 3.16. Após o término o julgamento da proposta do licitante declarado provisoriamente vencedor, algum licitante manifestou intenção de recorrer no momento oportuno?  | N          | -   |
| <b>4. DA FASE DE HABILITAÇÃO</b>   | <b>S/N</b> | <b>Fls.</b>   |
| 4.1. Houve consulta aos cadastros oficiais (CCF e Consulta consolidada de pessoa jurídica do Tribunal de Contas da União - <a href="https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/">https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/</a> ) que fornecem informações referentes a restrições para contratar com a Administração Pública, e estas encontram-se em conformidade (Pessoa Jurídica e 0 .seu sócio majoritário)? | S          | 1468; 1481-1487; 1558-1564; 1567; 1701-1702; 1709-1715; 1804-1809; 1810-1816;               |
| 4.1.1. Feita a consulta e constatada a existência de sanção, o Pregoeiro analisou a abrangência desta e promoveu a inabilitação do licitante, se for o caso?   | S          |   |





|  |   |   |
|--|---|---|
| <i>II - Declaração de que não possui, em seu quadro de funcionários, empregados menores de 18 (dezoito) anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos (cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal).</i>   |   |   |
| 4.5. O pregoeiro promoveu a conferência de documentos cuja autenticidade das informações possa ser verificada eletronicamente por meio de consulta ao site do órgão emissor (inciso I do art. 55 do Decreto nº 16.118/2023)?   | S | 1488-1503; 1575-1590; 1716-1730; 1817-1832;   |
| 4.6. O pregoeiro promoveu a emissão de certidão atualizada nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e de entidades, que comprovasse a manutenção da regularidade fiscal e trabalhista no momento da avaliação dessas condições de habilitação (inciso II do art. 55 do Decreto nº 16.118/2023)?   | S | 1488-1503; 1575-1590; 1716-1730; 1817-1832;   |
| 4.6.1. Na hipótese de indisponibilidade temporária dos sítios eletrônicos emissores no momento da sessão pública, impossibilidade de emissão de documento por meio eletrônico ou quando a sua emissão depender do pagamento de taxa pela Administração Pública, o pregoeiro registrou o ocorrido na ata de sessão pública e juntou os documentos que lhe dão suporte (§§2º e 3º do art. 55 do Decreto nº 16.118/2023)? | S | 1436-1438; 1442-1444; 1460-1462; 1451-1453;   |
| 4.6.2. Caso a emissão de novo documento tenha indicado irregularidade fiscal e trabalhista do licitante, foi declarada a sua inabilitação?   | S | 1178-1180; 1184-1186; 1190-1192; 1238-1240;   |
| 4.7. Na hipótese de o licitante não ter atendido às exigências para habilitação, o Pregoeiro registrou na ata da sessão os motivos de sua decisão?   | S | 841-842; 1030-1033; 1024-1027; 1178-1180; 1181-1183; 1184-1186; 1187-1189; 1190-1192; 1193-1195; 1214-1216; 1231-1233; 1238-1240; |
| 4.7.1. Na hipótese de o licitante não ter atendido às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinou a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação?   |   | 823-1240; 1347-1462; 1926-1932;   |
| 4.8. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o licitante foi declarado vencedor?   | S | 1230-1232; 1238-1240; 1247-1249; 1250-1252; 1253-1255; 1256-1258; 1259-1261; 1262-1264; 1265-1267; 1268-1270; 1274-               |



|  |            |  |
|--|------------|--|
|  |            | 1276; 1277-1279;<br>1280-1282; 1283-<br>1285; 1409-1411;<br>1412-1414; 1415-<br>1417; 1421-1423;<br>1424-1426; 1430-<br>1432; 1436-1438;<br>1439-1441; 1442-<br>1444; 1445-1447;<br>1448-1450; 1451-<br>1453; 1454-1456;<br>1457-1459; 1460-<br>1462; 1930-1931; |
| 4.9. Após o término o julgamento da habilitação do licitante declarado vencedor, algum licitante manifestou intenção de recorrer no momento oportuno?  | N          | -  |
| <b>5. DA FASE RECURSAL</b>   | <b>S/N</b> | <b>Fls.</b>  |
| 5.1. Na hipótese de manifestação de intenção de recorrer nas fases de julgamento e de habilitação, as razões do recurso foram apresentadas em momento único, no prazo previsto no inciso I do § 1º do art. 165 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, observada as regras do Edital?<br><br>OBS: “I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de: (...) b) julgamento das propostas; c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante”;<br><br>OBS: “8.1. Caberá recurso em face do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação de licitante, observadas as seguintes disposições: (...) II – O prazo para apresentação das razões recursais, de 3 (três) dias úteis, será iniciado na sessão pública em que o licitante for declarado vencedor do certame (subitem 7.10 deste Edital)”; | N.A        | -  |
| 5.2. Foi observado o prazo para apresentação das contrarrazões previsto no § 4º do art. 165 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e no instrumento convocatório?<br><br>OBS: “8.3. <i>Os demais licitantes, desde logo, ficam intimados para, se desejarem, apresentarem suas contrarrazões, no prazo 3 (três) dias úteis, contados do término do prazo do licitante recorrente</i> ”.   | N.A        | -  |
| 5.3. O pregoeiro proferiu decisão quanto a reconsideração, ou não, do ato impugnado (§2º do art. 166 da Lei nº 14.133/2021)?   | N.A        | -  |



|  |            |                                    |
|--|------------|------------------------------------|
| 5.3.1. A decisão do pregoeiro foi proferida no prazo de 3 (três) dias úteis?   | N.A        | -                                  |
| 5.3.2. Se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, o pregoeiro encaminhou o recurso com a sua motivação ao Secretário-Executivo de Licitações da Secretaria de Estado de Administração?  | N.A        | -                                  |
| 5.4. O Secretário-Executivo de Licitações da Secretaria de Estado de Administração proferiu sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos (§2º do art. 166 da Lei nº 14.133/2021)?  | N.A        | -                                  |
| 5.4.1. No caso de o Secretário-Executivo de Licitações ter solicitado auxílio do órgão de assessoramento jurídico, o prazo para decisão do recurso ficou suspenso?   | N.A        | -                                  |
| <b>6. DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO</b>   | <b>S/N</b> | <b>Fls.</b>                        |
| 6.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação e exauridos os recursos administrativos, o pregoeiro elaborou um breve relatório contendo os fatos ocorridos no procedimento e a proposta de adoção de uma das condutas do art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021?<br><br>OBS: “I - determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades; II - revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade; III - proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável; IV - adjudicar o objeto e homologar a licitação”. | S          | 1942-1947;                         |
| <b>7. DOS DOCUMENTOS</b>   | <b>S/N</b> | <b>Fls.</b>                        |
| 7.1. Com exceção do extrato do contrato e do ato de homologação, o processo está instruído com a documentação constante do art. 11 do Decreto Estadual n.º 16.118/2023?  | S          | 001-1953;                          |
| 7.1 A ata de realização do pregão eletrônico, exigida no art. 11º, VII do Decreto Estadual n. 16.118/23, consta do processo? Nela há o registro dos itens abaixo:  | S          | 823-1240; 1347-1462;<br>1926-1932; |
| 7.1.1 Dos licitantes participantes?  | S          | 1241-1268;                         |
| 7.1.2. Das propostas apresentadas?   | S          | 823-1240; 1347-1462;<br>1926-1932; |
| 7.1.3. Dos avisos?   | S          | 823-1240; 1347-1462;<br>1926-1932; |
| 7.1.4. Dos esclarecimentos e das impugnações?  | S          | 823-1240; 1347-1462;<br>1926-1932; |
| 7.1.5. Dos lances ofertados, na ordem de classificação?  | S          | 823-1240; 1347-1462;<br>1926-1932; |



|  |     |                                      |
|--|-----|--------------------------------------|
| 7.1.6. Da suspensão e do reinício da sessão, se for o caso?  | S   | 823-1240; 1347-1462;<br>1926-1932;   |
| 7.1.7. Da aceitabilidade da proposta de preço?   | S   | 823-1240; 1347-1462;<br>1926-1932;   |
| 7.1.8. Da habilitação?   | S   | 823-1240; 1347-1462;<br>1926-1932;   |
| 7.1.9. Da decisão sobre o saneamento de erros ou falhas na proposta ou na documentação?  | S   | 823-1240; 1347-1462;<br>1926-1932;   |
| 7.1.10. Do resultado da licitação?   | S   | 823-1240; 1347-1462;<br>1926-1932;   |
| 7.2. Toda a documentação exigida para o certame e apresentada pelo licitante foi anexada no sistema eletrônico e/ou apresentado em formato legível?  | S   | 1241-1346; 1463-<br>1925; 1933-1953; |
| 7.2.1. Caso o pregoeiro tenha julgado necessário, a autenticidade dos documentos apresentados por meio eletrônico foi verificada mediante uma das formas previstas no §3º do art. 11 do Decreto nº 16.160/2023?<br><br><i>OBS: § 3º A Administração Pública Estadual poderá exigir, a seu critério, que seja verificada a autenticidade e/ou a integridade dos documentos de que trata o caput deste artigo, mediante: I - a apresentação de original perante o agente público; II - a autenticação por cartório competente; III - a apresentação de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal; IV - a publicação em Diário Oficial e/ou a disponibilização de documento na internet, no site oficial do órgão emissor.</i>   | N.A | -                                    |
| <b>OBSERVAÇÕES</b>   |     |                                      |
| <p><b>1. SÍNTESE DA HOMOLOGAÇÃO</b></p> <p>Trata-se de homologação de Processo Licitatório de Registro de Preço para futura e eventual compra de carnes e embutidos, com <b>adjudicações</b> dos itens 001, 002, 003, 004, 006, 007, 008, 009, 011, 012, 013, 014, 015, 016, 017, 018, 018.1, 019, 020, 021, 022, 022.1, 023, 024, 025, 026, 027, 028, 029 e 030, conforme resultado de fls. 1941-1942.</p> <p><b>2. REVISÃO DOS ATOS PRATICADOS NA FASE INTERNA</b></p> <p>Em resposta ao item 1.1 desta lista de verificação, no que se refere à observância dos apontamentos formulados no PARECER VINCULADO PGE/ CJUR-SEL/Nº 002/2023 de fls. 581-653, cabe considerar que às fls. 655-812 constam documentos informando o atendimento das recomendações do parecer jurídico.</p> <p>Partindo dessa premissa, efetua-se a análise da legalidade dos atos praticados após a publicação do edital e publicação do aviso de licitação de fl. 813.</p> <p><b>3. DA FASE EXTERNA</b></p> <p><b>3.1 – Da abertura de Processo Administrativo Sancionador (PAS)</b></p> |     |                                      |





Consta ainda que, a referida licitante foi DESCLASSIFICADA nos itens 001, 004, 009 e 029, por se manter *off-line* durante o procedimento licitatório, nos termos do subitem 4.5 do edital, e devido à ausência de resposta, quanto ao indagado em ata, em relação a comprovação do prazo de entrega, com fulcro no disposto no subitem 4.2.2 do Anexo I-“A” do TR.

Nesse contexto, todas as licitantes foram alertadas em ata quanto a possibilidade de aplicação de penalidade através da instauração de Processo Administrativo Sancionador (PAS), com fulcro no art. 155, inciso VIII, da Lei 14.133/2021 e art. 5º do Decreto 16.189/2023, **bem como foi solicitada a apresentação de justificativas no prazo de 05 dias quanto às possíveis infrações praticadas, em cumprimento ao art. 9º, inciso I, do Decreto 16.189/2023.** Contudo, o prazo transcorreu *in albis*, sem qualquer manifestação pelas licitantes.

Portanto, observa-se que o procedimento adotado pelo pregoeiro, respaldado nos trâmites impostos no Decreto 16.189/2023 e Lei 14.133/2021, foi o correto, não subsistindo observações.

Sendo assim, as condutas adotadas pelas licitantes em deixar de entregar a documentação exigida para o certame e não manter a proposta, se amoldam nas irregularidades indicadas no artigo 155, IV e V, bem como no artigo 5º, II do Decreto Estadual 16.189/2023.

Isto posto, e com fulcro no artigo 10, § 2º, II do Decreto 16.189/2023, no qual delimita que rejeitada a justificativa de que tratam os incisos I e II do art. 9º do Decreto, ou por analogia, não sendo apresentada a justificativa, recairá a competência para a instauração à **autoridade máxima do órgão**, remete-se a Secretária-Executiva de Licitações para que dê conhecimento dos fatos ao Secretário de Estado, para que proceda a abertura dos respectivos PAS, em face das empresas **COMERCIAL DE ALIMENTOS BETANIA LTDA e M C ROCHA LTDA.**

#### Identificação do servidor responsável pela verificação

Órgão/unidade administrativa: Coordenadoria de Conformidade das Licitações (Cconf)

Katiane Dutra Celestino

Direção Gerencial Especial e Assessoramento

Matrícula nº 505918021

Campo Grande/MS, 14 de junho de 2024.

Assinatura: assinado digitalmente

